Assembleia da República

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

A SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Data: 16-09-2016

N.º único 5580 18

N/Referência: 123/10ª CTSS/2016

ASSUNTO: Envio do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura

Nos termos regimentais aplicáveis, junto se remete a Vossa Excelência o Relatório de Atividades da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, relativo ao período de 12 de novembro de 2015 a 14 de setembro de 2016, da 1ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura, aprovado por unanimidade na reunião realizada por esta Comissão no dia 14 de setembro de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte

		æ



Relatório de Atividades

XIII Legislatura

1.a Sessão Legislativa

Este relatório de atividades foi aprovado por unanimidade na reunião de 14 de setembro de 2016.



ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	Organização interna	4
3.	Reuniões	6
4.	Iniciativas legislativas	6
5.	Iniciativas europeias	9
6.	Outros pareceres/relatórios	9
7.	Petições	9
8.	Audições	9
9.	Audiências1	0
10.	Eventos1	1
11.	Deslocações/ Representações1	1
12.	Requerimentos dos Grupos Parlamentares12	2

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades apresenta, de uma forma abreviada, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS) no decurso da 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura - desde a data da respetiva instalação, ocorrida a 12 de novembro de 2015, até 14 de setembro de 2016 -, na sequência das prioridades estabelecidas no Plano de Atividades aprovado, e de iniciativas supervenientes dos grupos parlamentares, promovidas no âmbito do seu poder de iniciativa.

No uso das suas atribuições, compete em especial à Comissão exercer as suas competências e controlo político nas áreas do trabalho, políticas de solidariedade e segurança social, políticas de emprego e formação profissional, administração pública em articulação com as comissões parlamentares competentes em razão da matéria, regime jurídico de emprego público e regime de proteção social e aposentação da função pública, segurança e saúde no trabalho, família e apoio à natalidade e aos idosos, voluntariado, economia social, pessoas com deficiência e proteção das crianças e jovens em risco em matérias relacionadas com a segurança social, sem prejuízo da necessária articulação com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, competente nesta área.

De salientar que da página internet da Comissão consta informação relevante sobre a atividade desenvolvida pela Comissão, o que permite uma maior aproximação ao cidadão. De acordo com o expresso na mensagem de boas vindas do Presidente: "Com atribuições muito específicas, que lhe foram acometidas nas áreas das políticas públicas do trabalho e da segurança social, tem a responsabilidade maior, num tempo coletivo exigente e complexo, de, no uso estrito do que lhe foi acometido constitucional, jurídica e parlamentarmente, dar cumprimento a uma das áreas mais desafiantes e complexas de um tempo coletivo onde o trabalho e a segurança social são matérias estruturantes para Portugal e para os portugueses."

O quadro infra permite aferir o número de visitas registadas na página internet da Comissão durante os últimos oito meses:

		1241	2016					
	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
1 - CACDLG	9199	5318	6515	4475	5265	5940	4269	3550
2 - CNECP	5504	3185	2458	1815	1313	1775	1118	1051
3 - CDN	6046	3368	2789	2081	1625	1698	1528	1351
4 - CAE	6484	3405	2937	2236	1908	2770	2063	2272
5 - COFMA	15106	10324	9191	8815	12398	7910	5771	5523
6 - CEIOP	8068	4600	5216	3973	3344	4993	4901	3676
7 - CAM	6374	3960	3822	2517	2021	2613	2306	1599
8 - CEC	14094	7455	7980	6957	5154	6750	7611	6504
9 - CS	8994	5914	7328	3751	3268	4211	2858	2192
10 - CTSS	10117	4939	9552	4023	3746	5592	5223	3452
11 - CAOTDPLH	6489	3900	3753	2940	2629	3264	2753	2095
12 - CCCJD	6628	3786	3675	2746	2438	3145	3151	3213



2. Organização interna

A 12 de novembro de 2015 foi eleita a Mesa da Comissão, constituída pelo Presidente, Deputado Feliciano José Barreiras Duarte (PSD), pela 1.ª Vice-Presidente, Deputada Wanda Guimarães (PS) e pela 2.ª Vice-Presidente, Deputada Rita Rato (PCP). A Comissão é constituída por 23 Deputados Efetivos e 23 Deputados Suplentes, dos quais 9 do PSD, 9 do PS, 2 do BE, 2 do CDS-PP, e 1 do PCP assim discriminados:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
Feliciano Barreiras Duarte	PSD	Efetivo	Presidente
Wanda Guimarães	PS	Efetivo	Vice-Presidente
Rita Rato	PCP	Efetivo	Vice-Presidente; Coordenador GP
Adão Silva	PSD	Efetivo	
Carla Barros	PSD	Efetivo	
Clara Marques Mendes	PSD	Efetivo	
Joana Barata Lopes	PSD	Efetivo	
Maria das Mercês Borges	PSD	Efetivo	Coordenador GP
Pedro Roque	PSD	Efetivo	
Sandra Pereira	PSD	Efetivo	
Susana Lamas	PSD	Efetivo	
Inês Lamego	PS	Efetivo	
Joaquim Raposo	PS	Efetivo	
José Rui Cruz	PS	Efetivo	
Ricardo Bexiga	PS	Efetivo	
Rui Riso	PS	Efetivo	
Sofia Araújo	PS	Efetivo	
Sónia Fertuzinhos	PS	Efetivo	
Tiago Barbosa Ribeiro	PS	Efetivo	Coordenador GP
Isabel Pires	BE	Efetivo	
José Moura Soeiro	BE	Efetivo	Coordenador GP
António Carlos Monteiro	CDS-PP	Efetivo	
Filipe Lobo D' Ávila	CDS-PP	Efetivo	Coordenador GP
Álvaro Batista	PSD	Suplente	
Fátima Ramos	PSD	Suplente	



Helga Correia	PSD	Suplente
José António Silva	PSD	Suplente
José Silvano	PSD	Suplente
Laura Monteiro Magalhães	PSD	Suplente
Manuel Rodrigues	PSD	Suplente
Nilza de Sena	PSD	Suplente
Pedro Alves	PSD	Suplente
Francisco Rocha	PS	Suplente
Idália Salvador Serrão	PS	Suplente
Isabel Santos	PS	Suplente
Ivan Gonçalves	PS	Suplente
<u>Luís Soares</u>	PS	Suplente
Luísa Salgueiro	PS	Suplente
Maria da Luz Rosinha	PS	Suplente
Marisabel Moutela	PS	Suplente
Sandra Pontedeira	PS	Suplente
Joana Mortágua	BE	Suplente
Maria Luísa Cabral	BE	Suplente
Pedro Mota Soares	CDS-PP	Suplente
Vânia Dias da Silva	CDS-PP	Suplente
Diana Ferreira	PCP	Suplente

Dos grupos parlamentares foram designados coordenadores os Deputados:

- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Tiago Barbosa Ribeiro (PS);
- José Moura Soeiro (BE);
- Filipe Lobo D'Àvila (CDS-PP) e
- Rita Rato (PCP).

Durante este período funcionaram os seguintes <u>Grupos de Trabalho</u>, podendo a composição de cada um deles ser consultada nas seguintes ligações:

GT Audiências;

GT Trabalho Forçado (Encerrado);

GT Reposição das 35 horas de Trabalho Semanal na Administração Pública (Encerrado);

GT - ENU (PJL n.ºs 53/XIII/1.a, 56/XIII/1.a e 60/XIII/1.a) (Encerrado).

3. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão de Trabalho e Segurança Social realizou um total de 49 reuniões, assinaladas no quadro infra:

Mês	Dia	Total
novembro de 2015	12, 18, 25 e 26	4
dezembro de 2015	4, 9, 15, 16 e 17	5
janeiro de 2016	6, 13, 20, 16 e 27	5
fevereiro de 2016	3, 10, 11, 12, 17 e 24	6
março de 2016	2, 3, 4, 17, 23 e 29	6
abril de 2016	6, 13, 20 e 27	4
maio de 2016	5, 6, 11, 13, 17, 18, 25 (visita) e 31 (ext.)	8
junho de 2016	1, 8, 15, 22 e 29	5
julho de 2016	6, 13, (2 x 19) e 28	5
setembro de 2016	14	1
TOTAL		49

As respetivas <u>atas</u> encontram-se disponíveis na página da Comissão para consulta.

Apresenta-se o seguinte quadro com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão durante a 1.ª Sessão Legislativa:

Comissão		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabaiho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
	PSD	403	27	8	34	69	
	PS	373	35	5	13	51	
Comissão	BE	88	10	2	3	15	4.0
	CDS-PP	66	9	0	4	13	49
	PCP	60	1	0	0	1	
	Totais	990	82	15	54	149	

4. Iniciativas legislativas

Durante a presente Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Trabalho e Segurança Social as iniciativas legislativas discriminadas no quadro infra:

- 7 Propostas de Lei;
- 65 Projetos de Lei;
- 3 Apreciações Parlamentares;

Destas, foram aprovadas 10 leis, a seguir discriminadas:

Des	Destas, foram aprovadas 10 ieis, a seguir discriminadas.						
Lei	159- A/2015	2015	Extinção da redução remuneratória na Administração Pública				
Lei	34/2016	2016	Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem)				
Lei	28/2016	2016	Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro				
Lei	18/2016	2016	Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho				
Lei	11/2016	2016	Reposição dos complementos de pensão no sector público empresarial				
Lei	10/2016	2016	Estabelece o direito a uma compensação por morte emergente de doença profissional dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S. A.				
Lei	9/2016	2016	Programa especial de apoio social para a Ilha Terceira				



Lei	8/2016	2016	Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais
Lei	7/2016	2016	Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas
Lei	6/2016	2016	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro (primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência)

38 Projetos de Resolução. Destes foram aprovadas 14 Resoluções da Assembleia da República, a seguir identificadas:

Resolução da AR	190/2016	2016	Recomenda ao Governo que salvaguarde os direitos dos trabalhadores no processo de reestruturação do Novo Banco
Resolução da AR	179/2016	2016	Propõe medidas de combate à pobreza infantil
Resolução da AR	156/2016	2016	Campanha pública de divulgação do complemento solidário para idosos
Resolução da AR	113/2016	2016	Reformulação da atribuição do subsídio de educação especial
Resolução da AR	111/2016	2016	Adoção de medidas integradas de incentivo à natalidade e de proteção da parentalidade
Resolução da AR	101/2016	2016	Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de gerontólogo
Resolução da AR	90/2016	2016	Recomenda ao Governo o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições do Trabalho, garantindo a eficácia da sua intervenção no combate ao trabalho precário
Resolução da AR	45/2016	2016	Avaliação e criação de uma nova estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo
Resolução da AR	37/2016	2016	Recomenda ao Governo que retome a negociação do Acordo Coletivo de Empregador Público relativo aos trabalhadores do Instituto dos Registos e Notariado, I. P.



Resolução da AR	20/2016	2016	Recomenda ao Governo que nenhum professor que lecione atividades de enriquecimento curricular seja prejudicado
Resolução da AR	6/2016	2016	Recomenda a prorrogação do prazo para a alteração do escalão de contribuição dos trabalhadores a recibo verde
Resolução da AR	4/2016	2016	Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes
Resolução da AR	3/2016	2016	Pela reposição do direito dos ferroviários e dos seus familiares às concessões de transportes
Resolução da AR	2/2016	2016	Recomenda ao Governo a reposição aos ferroviários das concessões de transportes

5. Iniciativas europeias

A Comissão escrutinou 6 iniciativas europeias.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu parecer, por solicitação da CAE, em relação ao relatório sobre a participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2015, nas áreas respeitantes à Comissão.

Foi ainda apreciada a <u>Conta Geral do Estado de 2014</u> tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma.

A Comissão emitiu igualmente parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016.

7. Petições

A Comissão concluiu, ao longo desta 1.ª Sessão Legislativa, 20 petições, 12 das quais transitaram da anterior Legislatura.

8. Audições

A Comissão efetuou 31 <u>audições</u> das quais 11 decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes 20 com outras entidades:

	Memi		
Audições na CTSS	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	No âmbito de Requerimentos dos Grupos Parlamentares	Outras entidades
	5	6	
8		11	20
		Total de audições -	31

No âmbito dos Grupos de Trabalho realizaram-se 22 Audições:

Audições nos GT	Grupo de Trabalho – da Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública	Grupo de Trabalho – Trabalho Forçado - Projetos de Lei n.ºs 55/XIII (1.ª) (BE) e 146/XIII (1.ª) (PS)
	18	4

9. Audiências

Foram concedidas <u>audiências</u> às entidades que as solicitaram, num total de **22**. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito. Sempre que possível, foram elaborados relatórios das audiências realizadas e procedeu-se à respetiva gravação áudio, que se encontra disponível no processo de cada uma das audiências.

Audiências	CTSS	GT - Audiências - 10ª CTSS
	1	21



10. Eventos

A Comissão promoveu a realização de uma audição parlamentar e de uma deslocação a Braga com visitas a instituições e a realização de uma conferência na Universidade do Minho:

25- XIII 1 CTSS- XIII	AUDIÇÃO PARLAMEN integração e acor pessoas sem-abrigo Estratégia Nacional abrigo 2009-2015	npanhamento de tendo em conta a	várias entidades e cidadãos.	2016-05-31
Deslocação	Visita a Braga no âmbito do Plano de atividades.	Guimarães - Famalicão e Braga	De 2016-05-23 a 20	016-05-23

11. Deslocações/ Representações

Realizaram-se ainda **três** deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões internacionais:

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Deslocação da delegação parlamentar da 10.ª Comissão à 105.ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Genebra, de 30 de maio a 10 junho de 2016	Genebra	De 2016-06-08 a 2016-06-08
Representação	Participação em reunião sobre responsabilidade social das empresas e destacamento de Trabalhadores — Assembleia Nacional Francesa, Paris, 18 de maio de 2016	Paris	De 2016-05-18 a 2016-05-18
Representação	<u>Conferência</u> <u>interparlamentar sobre o</u>	Bruxelas	De 2016-02-15 a 2016-02-17



Semestre Europeu 2016	
<u>Conferência</u>	
interparlamentar ao abrigo	
do Artigo 13.º do Tratado	
sobre Estabilidade,	
Coordenação e Governação	
Económica na UE (TECG)	
Bruxelas 15 a 17	
fevereiro 2016	

12. Requerimentos dos GP

No decurso desta Sessão Legislativa, foram apresentados e submetidos à apreciação e deliberação da Comissão um total de 5 requerimentos, dois dos quais orais: 1 do GP PS (escrito), 1 do GP BE (escrito), 2 do GP PCP (um escrito, um oral) e 1 do GP CDS-PP (oral).

Palácio de São Bento, 14 setembro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte